

As personagens femininas em *Desmundo*, de Ana Miranda

The female characters in Desmundo, by Ana Miranda

Júlia Mengues Picolotto¹

Marcos Hidemi de Lima²

Resumo: O presente artigo tem como *corpus* de análise Oribela, dona Brites e dona Bernardinha representadas no romance *Desmundo*, de Ana Miranda (1996), analisando, por intermédio delas, a condição feminina no sistema patriarcal durante o processo de colonização no Brasil, o espaço social em que estas personagens estão inseridas, bem como algumas semelhanças e dessemelhanças existentes entre as três. Embora as personagens possuam disparidades em relação às posições ocupadas na hierarquia social, suas trajetórias são marcadas pelo domínio masculino. Dessa forma, dona Brites é a única personagem que se sujeita às imposições que lhe são feitas, enquanto Oribela e dona Bernardinha tentam subverter a ordem hierárquica e masculina vigente no século XVI, apesar de suas tentativas frustradas para reverterem o cenário histórico e social em que vivem. Fundamentam teoricamente este trabalho as discussões efetuadas por Roberto Reis (1987), Gilberto Freyre (2006), Mary Del Priore (2009; 2011) e Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994). Valendo-se desses aspectos mencionados, o romance evidencia um esboço do sistema hierárquico vivenciado pelas personagens femininas e as discrepâncias que as diferenciam na esfera social.

Palavras-chave: Personagens femininas; ordem patriarcal; semelhanças e dessemelhanças.

Abstract:

This article analyzes the characters Oribela, Dona Brites, and Dona Bernardinha as portrayed in Ana Miranda's novel *Desmundo* (1996) analyzing, through them, the condition of women in the patriarchal system during the colonization process in Brazil, the social space in which these characters are inserted, as well as some similarities and differences between them. Although the characters have disparities in relation to the positions in the social hierarchy, their trajectories are marked by male domination. Thus, Dona Brites is the only character who submits to the impositions made upon her, while Oribela and Dona Bernardinha attempt to subvert the hierarchical and masculine order prevailing in the 16th century, despite their frustrated attempts to reverse the historical and social scenario in which they live. This work is theoretically based on the discussions carried out by Roberto Reis (1987), Gilberto Freyre (2006), Mary Del Priore (2009; 2011), and Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994). Drawing on these aspects, the novel highlights an outline of the hierarchical system experienced by the female characters and the discrepancies that differentiate them in the social sphere.

Keywords: Female characters; patriarchal order; similarities and differences.

Introdução

Escrito pela brasileira Ana Miranda, o romance *Desmundo* (1996) acompanha a trajetória da narradora-personagem Oribela de Mendo Curvo, uma órfã que foi enviada ao Brasil para cumprir o papel social que a sociedade do século XVI reservava

¹ Graduada em Letras - Português e Inglês pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9275525246043000>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5683-4991>. E-mail: juliamenguespicolotto@alunos.utfpr.edu.br

² Doutor em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor do curso de graduação em Letras e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0230003569520230>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9762-1775>. E-mail: mhlma@professores.utfpr.edu.br.

às mulheres, ou seja, matrimônio e geração de filhos. A obra apresenta os acontecimentos que sucedem à Oribela, como o casamento forçado com Francisco de Albuquerque, as constantes refutações da protagonista em cumprir a função esperada dela e as tentativas de fuga empreendidas por ela a fim de traçar seu próprio destino, libertando-se das amarras sociais que outras conhecidas vivenciavam.

Por essa ótica, dona Brites de Albuquerque, mulher do governador da Capitania de Pernambuco e tia de Francisco, é uma das personagens que, em sintonia com a ordem patriarcal e masculina, determina o destino de Oribela na colônia, apesar de as súplicas da narradora-personagem evidenciarem a desaprovação quanto ao caminho que teria que trilhar. Semelhantemente ao destino imposto à Oribela, dona Bernardinha, outra órfã enviada ao Brasil para se casar e constituir família, tenta reagir contra o domínio do seu cônjuge. No entanto a sucessão de violências que ela acaba sofrendo a oprimem e a assujeita à hierarquia patriarcal.

Assim, as personagens femininas analisadas neste artigo assemelham-se por vivenciarem o mesmo período histórico e patriarcal, porém diferenciam-se socialmente no tocante à posição que são inseridas na estrutura social, o que exprime a influência do poder nas relações das personagens. É o que se evidencia na rápida exposição acerca de três personagens de *Desmundo*, havendo, de um lado, dona Brites, que age de acordo com o papel feminino no cenário social; dona Bernardinha, que tenta subverter o sistema hierárquico, mas acaba se tornando mais uma vítima do patriarcalismo; e Oribela, que é exceção na lógica masculina da época ao ferir a ordem patriarcal e conseguir a duras penas construir a própria trajetória.

A partir das discussões efetuadas acima, este artigo busca analisar a condição e o papel feminino durante o período colonial a partir da trajetória destas três personagens femininas representadas em *Desmundo*, destacando o espaço social em que elas se encontram na hierarquia patriarcal do século XVI, bem como as semelhanças e (des)semelhanças das personagens, identificando os aspectos que aproximam e distanciam essas mulheres. Para a realização de tal intento, as terminologias empregadas por Roberto Reis (1987) no campo literário, as contribuições sociológicas e históricas de Gilberto Freyre (2006), Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994) e Mary Del Priore (2009; 2020) são empregadas como arcabouço teórico com o fito de permitir a compreensão literária, histórica e social que interfere

no percurso narrativo das três personagens, tendo em vista que algumas ocupam esferas de poder e outras permanecem sujeitas à ordem dos que detêm o poder.

O papel feminino no processo de colonização do Brasil

No contexto da expansão marítimo-comercial europeia, os três primeiros séculos de colonização no Brasil foram marcados por diversas transformações econômicas e sociais. Entre elas, destacam-se a exploração e exportação de mercadorias para comercialização e acúmulo de riquezas na metrópole; a instauração da monocultura latifundiária como principal atividade agrária realizada para povoamento e apropriação do território – diante da falta de reconhecimento do Tratado de Tordesilhas por parte dos franceses, conforme observado por Boris Fausto (1995) –; a implantação da mão de obra escrava (indígena e, posteriormente, africana); e a importação do modelo de família patriarcal. A articulação dessas características consolidou o processo de colonização, culminando na configuração de uma estrutura social que emerge da convergência dos pilares econômico, escravocrata e patriarcal.

Nesse sentido, a condição feminina foi estruturada sob o binômio Estado-Igreja, que articulou meios de controle para definir o papel social que as mulheres ocupariam na sociedade. Segundo Fausto (1995), essas instituições colaboraram com a organização da colônia em virtude dos interesses portugueses que se pretendiam alcançar neste território. Por essa lógica, visando atender aos objetivos exploratórios e demográficos, as mulheres foram submetidas a um longo processo de adestramento e domesticação. Como explica Mary Del Priore, em *Ao sul do corpo* (2009), os discursos religiosos e as regulamentações prescritas pelos médicos da época favoreciam a empreitada colonial na medida em que o corpo e o trabalho das mulheres conservavam o sistema patriarcal da época.

Desse modo, as reflexões feitas por Del Priore (2009) a respeito do papel social feminino e das instituições organizadoras da colônia, mencionadas na perspectiva de Fausto (1995), revelam a importância do Estado e da Igreja na consolidação do papel da mulher no ambiente familiar, visto que a presença feminina em terras brasileiras foi resultado dos empreendimentos religiosos e coloniais que visavam à formação de uma sociedade para “[...] ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil; [...]” (Prado Júnior, 1961, p. 113). Logo a mulher não era apenas vista como

uma figura doméstica, mas como uma peça central para o desenvolvimento da sociedade colonial.

Seguindo essa linha de pensamento, a participação das mulheres brancas constituiu um dos principais pilares que conservaram o sistema patriarcal e masculino instaurado na sociedade da época, e isso se fazia mediante o matrimônio e a maternidade, os quais restringiam às mulheres dentro da esfera doméstica no cuidado da casa e dos filhos. Este papel atribuído às mulheres endossava uma estrutura hierárquica em que os homens ocupavam o poder e as mulheres deviam obediência e submissão ao marido, o *pater familias* conforme as palavras de Freyre (2006), sujeitando-as às regras e determinações do cônjuge pelo alto risco de ser violentada física e sexualmente.

A respeito destes valores, Maria Lúcia Rocha-Coutinho, em *Tecendo por trás dos panos* (1995), discorre a respeito da “figura da mulher-mãe”, papel atribuído às mulheres brancas durante a colonização, a qual as responsabilizava pelos afazeres domésticos, assistência dos filhos, supervisão dos escravos domésticos e dos trabalhos na cozinha. A partir dessas atividades realizadas por essas mulheres, exprime-se o enclausuramento delas à casa e à família, impossibilitando-as de participação fora desse círculo, o que demonstra uma das formas de opressão realizadas pelo homem para restringir a circulação das mulheres em outros espaços e definir a elas os papéis de esposa e mãe como única forma de ascensão social.

O casamento e a maternidade, justificadas como tarefas femininas dentro do processo colonial, explicam-se pela forma de organização dos grupos sociais dispostos na sociedade, no qual as mulheres brancas, criadas em berço patriarcal, eram submetidas ao poder e à autoridade do patriarca pelas constantes instruções e ensinamentos maternos, aceitando o destino que lhes eram incutido. Por essa ótica, Heleieth Lara Bongiovani Saffioti assinala que: “Educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido” (1976, p. 168). Dito de outra maneira, essas jovens vivenciavam a tirania paterna, que buscava restringi-las aos papéis considerados femininos, tornando-as submissas ao poder e à autoridade do pai, substituído, posteriormente, pelo domínio do marido.

Contribuindo para essa perspectiva, Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo* (2019), observa que esses padrões sociais ensinados as mulheres não dependem do

sexo biológico feminino, mas são construções instauradas nas esferas sociais e verbalizadas durante as fases de vida do indivíduo, sejam eles homens ou mulheres. Por isso, desde a infância, as mulheres eram reprimidas e educadas para seguir o casamento e a maternidade, sendo orientadas pelos valores patriarcais. Nessa lógica, a educação é voltada para a repressão do corpo feminino e para o exercício de atividades domésticas:

Dão à menina por amigas outras meninas, entregam-na a professoras, ela vive entre matronas como no tempo do gineceu, escolhem para ela livros e jogos que a iniciem em seu destino, insuflam-lhe tesouros de sabedoria feminina, propõem-lhe virtudes femininas, ensinaram-lhe a cozinhar, a costurar, a cuidar da casa ao mesmo tempo que da toalete, da arte de seduzir, do pudor; vestem-na com roupas incômodas e preciosas das quais precisa cuidar, penteiam-na de maneira complicada, impõem-lhe regras de comportamento: 'Endireite o corpo, não ande como uma pata.' Para ser graciosa, ela deverá reprimir seus movimentos espontâneos; pedem-lhe que não tome atitudes de menino, proíbem-lhe exercícios violentos, brigas: em suma, a menina é incitada a tornar-se, como as mais velhas, uma serva e um ídolo' (Beauvoir, 2019, p. 26).

Esses rótulos atribuídos ao papel feminino perduram durante a infância e juventude da mulher, tendo seu destino o casamento e o exercício de afazeres domésticos, pois "O casamento não é apenas uma carreira honrosa e menos cansativa do que muitas outras: só ele permite à mulher atingir a sua integral dignidade social e realizar-se sexualmente como amante e mãe" (Beauvoir, 2019, p. 76). Ou seja, o matrimônio é a única forma de ascensão social da mulher na sociedade patriarcal e masculina, sujeitando-a à dominação e superioridade do homem. Nesse cenário, o casamento diretamente atrela a vida em sociedade das mulheres, estendendo sua função à reprodução da prole legítima do marido de modo a conservar a vigência da família patriarcal.

No que concerne às personagens femininas analisadas neste artigo, tais papéis sociais - matrimônio e maternidade - são a elas impostos pelo fato de serem mulheres brancas, destinadas obrigatoriamente a cumprir essa posição na colônia. No entanto Oribela e dona Bernardinha atuam de forma destoante, uma vez que agem na contramão desses condicionamentos prescritos pela ordem patriarcal ao buscarem libertar-se e tomar suas próprias decisões. Em contrapartida, dona Brites atua de

acordo com o esperado, assumindo o papel feminino determinado pelas instituições da época, na qual a posição ocupada lhe possibilita exercer a autoridade sobre outras mulheres, contribuindo para a hierarquia patriarcal vigente.

Organização da sociedade brasileira no século XVI

Essas funções e comportamentos femininos, engessados pelos sermões religiosos, contribuíram para a conservação da família patriarcal instalada no Brasil, a qual se estabilizou como a principal “unidade colonizadora” (Freyre, 2006, p. 34) no decorrer do período colonial. Tal estrutura manteve-se atuante por meio da mão de obra escrava e da monocultura latifundiária, dadas as condições físicas adversas do território. Por esse viés, Freyre assinala que essa configuração familiar funcionou como:

Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia (2006, p. 85).

Diante desses mecanismos, a casa-grande foi a representação física e simbólica da família patriarcal na sociedade. Em conjunto com a senzala, sustentava a rígida hierarquia que definia as posições ocupadas pelos indivíduos. Considerando as explanações feitas por Roberto Reis, em *A permanência do círculo* (1987), a estruturação da sociedade brasileira dispõe-se em uma espécie de pirâmide, enquanto no topo concentrava-se a figura do patriarca, “Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres” (Freyre, 2006, p. 38), que exercia seu poder e força para preservar a organização, concentrando na base da pirâmide a mão de obra escrava. É nessa lógica que a organização social, a partir da casa-grande, definia a posição social ocupada por cada um, bem como as formas de relacionamento entre os indivíduos que coabitavam a casa-grande e a senzala, estabelecendo um microorganismo social entre os detentores do poder e os desvalidos.

Nessa conjuntura, a hierarquia implícita na sociedade escravocrata entre senhores e escravos também reflete no relacionamento da família patriarcal e nos respectivos papéis sociais que os membros detêm em relação ao patriarca. Salienta

Del Priore (2009), a respeito desse relacionamento dentro da esfera patriarcal, que era exercido por meio da “relação de poder”, em que os mais fracos, ou seja, escravos, mulheres e filhos, parentes, agregados, se sujeitavam às imposições do senhor/marido/pai. E nesta relação entre desvalidos e poderosos que Reis (1987), detendo-se na literatura brasileira dos séculos XIX e XX, aplica as terminologias *centro/círculo* e *núcleo/nebulosa*, buscando explicar por meio delas a hierarquização presente no quadro econômico e social da família patriarcal, da qual se destacavam os seguintes binômios: senhor-escravo, homem-mulher e pai-filho. Explicita o autor o funcionamento destas categorias:

No *centro* ou *núcleo* está a figura do senhor e patriarca, junto com os que habitam a casa-grande. Na *nebulosa* ou *periferia*, a bem dizer, todos os restantes. Precisando mais: na *nebulosa* circulam o índio, o sertanejo, o gaúcho e o negro. Ou seja: nela alinharia categorias étnicas (o negro e o índio) e sociais (o jagunço, o sertanejo e o gaúcho) aglutináveis na medida em que não figuram no *núcleo*, sendo subjugados na base de uma relação de dominação, hierárquica. Efetivamente, os figurantes do *núcleo* senhorial exercem domínio sobre os da *nebulosa* (Reis, 1987, p. 32, grifos do autor).

Detendo-se no *centro do círculo*, encontra-se a figura do patriarca, cuja força e autoridade assegura a distribuição dos lugares sociais. A família do senhor também pertence ao mesmo *círculo* que ele, no entanto obtém hierarquicamente posições diversas, tendo em vista que o maior espaço social é preenchido pelo homem da família, a fim de conservar os valores e hábitos do regime patriarcal pelo uso recorrente da violência. A mulher, nesse cenário, está no *núcleo/círculo*, porém sujeita-se ao senhor, em virtude das intensas práticas de repressão e adestramento às quais é submetida, evidenciando, assim, sua posição subalterna em relação ao homem.

Valendo-se dessa sociedade hierárquica e patriarcal implantada no processo de colonização e das imposições religiosas feitas às mulheres, essas características tornam-se explícitas na epígrafe do romance em análise, que é um fragmento da carta do padre Manuel da Nóbrega, enviada para Dom João III, em 1552, conforme documentado por Serafim Leite em *Monumenta Brasiliae I*:

Já que escrevi a V. A. ha falta que nesta terra há de mulheres com que os homens casem e vivão em serviço de N. Senhor apartados

dos peccados em que agora vivem, mande V. A. muitas orfãs e, se não ouver muitas, venham de mestura dellas, e quaisquer, porque são tão desejadas as mulheres branquelas quá, que quaisquer farão quá muito bem à terra, e ellas se ganharão e os homens de quá apartar-se-ão do peccado (1552, p. 2).

A carta, em questão, descreve a urgência do envio de mulheres brancas ao Brasil para constituírem famílias, visando regularizar a vida dos colonizadores que mantinham relações desregradas pelo contato com as “mulheres de cor” (Freyre, 2006, p. 70), o que resultou no processo de miscigenação brasileiro. Sobre esta facilidade de relacionamentos sexuais com mulheres de outras etnias que os colonizadores portugueses possuíam e que lhes permitiram se assenhorar de territórios na África, na Ásia e na América do Sul, Freyre observa que já era prática histórica e social em Portugal: “Para tal tal processo preparara-os a íntima convivência, o intercuro social e sexual com raças de cor, invasora ou vizinha da Península, uma delas, a de fé maometana [...]” (2006, p. 71).

Sob esta perspectiva, a epígrafe exprime o período histórico em que o romance em análise percorre, determinando o destino e as obrigações a serem seguidas pelas mulheres na colônia, bem como a posição social ocupada na estrutura hierárquica e patriarcal discutida por Reis (1987), uma vez que o trecho da carta de Nóbrega situa, historicamente, o leitor de *Desmundo*. Esses fatores históricos e sociais que atravessam a vida feminina, como bem observado pelas menções feitas, são possíveis de identificação na narrativa pela ótica da narradora-personagem e das descrições efetuadas a respeito das personagens femininas analisadas, as quais se sujeitam à ordem patriarcal.

Oribela de Mendo Curvo

Oribela de Mendo Curvo é uma jovem branca, órfã, vinda de Portugal para cumprir o papel feminino imposto às mulheres brancas pelas instituições organizadoras da colônia. Tal perspectiva é evidenciada na epígrafe do romance, acima mencionada, na qual o padre Manuel da Nóbrega defende a necessidade do envio de mulheres brancas – órfãs ou até mesmo prostitutas – para o Brasil, com o objetivo de afastar os colonizadores das relações com mulheres indígenas e negras. Portanto, é dentro deste contexto que a narradora-personagem é enviada, juntamente

com outras órfãs, às terras brasileiras. Todavia as ações da protagonista ao longo do romance demonstram sua contrariedade às obrigações delineadas pela Igreja e o Estado, principalmente ao tentar refutar o matrimônio com Francisco de Albuquerque e buscar libertar-se da relação conflituosa com o cônjuge. Essas tentativas de resistir culminam em fugas e desentendimentos que se convertem em violências físicas e sexuais contra Oribela.

Desde os primeiros contatos, a relação de Oribela e Francisco é marcada por uma série de contestações que demonstram a insatisfação dela e as tentativas de se opor às obrigações femininas que lhe são definidas. O pedido de casamento feito por Francisco permite avaliar uma das atitudes que demonstram desconforto da protagonista: “O homem me veio a mirar e no rosto lhe cuspi” (Miranda, 1996, p. 56), revelando o profundo desconforto dela em manter uma relação com Francisco, um fazendeiro que, em virtude da má administração de seus negócios em Portugal, desloca-se para a colônia com o intuito de enriquecer e constituir família. O desentendimento provocado pelas atitudes de Oribela, além de demonstrar sua contrariedade às ações que lhe são determinadas, ocasiona a intervenção de dona Brites, tia de Francisco. Mesmo diante das súplicas de Oribela, esta determina o casamento e sela o destino da órfã.

Durante a cerimônia religiosa do casal, os sermões do padre endossam o poder do marido sobre a mulher, reforçando a autoridade masculina: “Os esposos têm poder sobre as esposas e suas filhas, mas que não tenham para si que lhes pertençam as filhas como mulheres, nem as mulheres dos vizinhos como suas e nunca usar delas, [...]. A fazer filhos abençoados de alvura da pele” (Miranda, 1996, p. 73). Assim, a soberania masculina conserva-se ao incutir na mulher a submissão e sujeição aos desejos e vontades do consorte. Além disso, o fragmento evidencia o principal interesse da Igreja em relação ao casamento, que é a procriação de filhos “de alvura da pele”, ou seja, o nascimento de crianças brancas. Essa valorização da branquitude reflete a preocupação da Igreja em coibir as relações dos colonizadores com indígenas e mulheres negras. Logo, espera-se que o matrimônio de Oribela e Francisco gere filhos brancos, considerando que a personagem é uma mulher branca e seu marido é um colonizador, vindo de Portugal.

Após o término da celebração matrimonial, a narradora esmiúça a noite de núpcias que resulta em um contato íntimo violento:

É acaso a leoa mais mansa que o leão? E lhe dei uma bofetada no rosto no que fez ele sem pensar uns modos de como se fosse quebrar minha caveira, que me fez tremer as carnes e o fervor dele, disto, era tão grande, em tal momento, que em muito breve espaço tudo meu estava como que em grilhões, entre suas forças, embaixo de seu pesos, a arrancar tudo que era seu e de Deus cobrar sua repartição, seu quinhão que lhe valia por direito de esposo, como em mim havia de ser tudo seu, mas eu rogava que nada fosse tanto, entendendo de querer escapar de embaixo dele, [...] (Miranda, 1996, p. 76).

A primeira noite demonstra o uso da força física de Francisco para tentar validar sua autoridade e domínio sobre a Oribela. Segundo Pierre Bourdieu (2022), em *A dominação masculina*, a honra masculina é construída por meio do modo de se portar, agir e pensar do homem, precisando ser reafirmada em todas as instâncias possíveis. Desse modo, a virilidade é uma das formas que o homem encontra para provar sua masculinidade e honra diante dos demais homens.

Bourdieu explica que “A *virilidade* entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, [...] o homem ‘verdadeiramente homem’ é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra [...]” (2022, p. 88-89, grifos do autor). Ou seja, a ação violenta de Francisco contra Oribela é a primeira forma encontrada por ele para dominá-la, sujeitando-a e tornando-a sua posse, uma vez que “[...] o ato sexual em si é concebido pelos homens como uma forma de dominação, de apropriação, de ‘posse’” (Bourdieu, 2022, p. 40). Dessa forma, essa posse sexual configura-se como uma afirmação da dominação do homem sobre a mulher, e isso ocorre por meio de práticas violentas e sexuais, nas quais a ele cabe dominar e exercer poder, enquanto a ela resta submeter-se ao desejo masculino, configurando-se, pois, uma relação hierarquizada.

O ato sexual entre ambos exprime a necessidade de Francisco em converter Oribela como posse, utilizando o corpo feminino para afirmar sua masculinidade e poder perante a sociedade:

Ele me abriu, explorou e olhando no lume a cor do molhado, de sangue, abanando a cabeça disse. Verdade disseste e agora és minha, terás o que quiseres, ao meu lado, junto a mim conquistar esta pátria e esta gente de terra alongada e te assentarás acima de uma tribuna, mui ricamente vestida e bem posta, [...] (Miranda, 1996, p. 77).

Essa violência física e sexual sofrida por Oribela remonta a imposições culturais e sociais da lógica patriarcal que obrigam as mulheres a se manterem virgens para os futuros esposos. No excerto acima, Francisco busca encontrar vestígios que confirmem se Oribela era virgem ou não. Em decorrência desse controle da virgindade, Del Priore (1999, p. 20) afirma que a virgindade nas famílias patriarcais era a “honra das mulheres”, garantindo, dessa maneira, que não houvesse filhos ilegítimos fora do casamento e que o patrimônio fosse repassado aos filhos legítimos do casal. Fica evidente, na lógica patriarcal, que “Como o matrimônio envolvia patrimônio, a virgindade era condição fundamental para a união acontecer” (Santos; Lima, 2024, p. 4). Nesse cenário, a honra feminina se mantinha intacta dentro das famílias patriarcais, visto que as mulheres eram constantemente reprimidas com o fito de manterem-se “puras” para o marido, conservando, assim, a honra da mulher, quesito este considerado como a principal forma de ascensão social.

Em virtude desta valorização da virgindade (situação que persistiu em nossa sociedade até quase o fim do século XX), as relações sexuais antes do casamento acabavam sendo permitidas apenas aos homens, pois “[...] o desejo carnal e o prazer são tolerados no âmbito masculino, [...]” (Reis, 1987, p. 40). Aos homens era permitido manter relações antes e durante o casamento, transitando entre o âmbito da castidade e do gozo, enquanto as mulheres eram sufocadas em uma série de preceitos patriarcais a serem seguidos, obrigando-as a terem relações sexuais apenas com o marido. De fato, tal vigilância em relação à virgindade das mulheres dificultava a elas relações com outros homens, visto que “O adultério opunha-se às noções de fidelidade, de vida comum e de ajuda mútua, princípios reguladores do casamento e do equilíbrio familiar interno” (Del Priore, 2016, p. 403). Sair, portanto, deste modelo de fidelidade feminina se revelava bastante difícil às mulheres, estigmatizando-as entre os membros da sociedade ou mesmo matando-as – solução drástica que alguns homens lançavam mão visando retirar a mácula da desonra.

Após a noite de núpcias, Oribela é levada à fazenda de Francisco, onde ela torna-se “[...] a senhora de tudo” (Miranda, 1996, p. 99), alterando a configuração hierárquica que predominava na casa-grande. Anteriormente à chegada de Oribela, um dos lugares de importância na casa era ocupado por dona Branca, mãe de Francisco, que comandava a casa e os escravos domésticos, porém o matrimônio do

filho modificou essa organização. Com essa reorganização de papéis, dona Branca tem seu poder na fazenda enfraquecido e acaba cedendo a autoridade à Oribela.

Levando em consideração as tipologias de Reis (1987) *centro e círculo, núcleo e nebulosa*, percebe-se que há um redesenho na estrutura hierárquica após o matrimônio de Francisco e Oribela. Este continua a ocupar o *centro do círculo*, já que representa a figura do patriarca, dono de terras e de escravos. Com o casamento, Oribela também passa a pertencer ao *centro do círculo*, mais precisamente num dos círculos concêntricos mais próximos ao cônjuge, embora esteja sujeita à autoridade e ao poder de Francisco. No que concerne à mãe de Francisco, ela acaba indo para um círculo concêntrico abaixo do da nora. Demais, convém considerar que ambas as mulheres – ainda que orbitem proximamente ao *núcleo* (Francisco) – são figuras que pertencem à *nebulosa*, espaço não só dos desvalidos (escravos, dependentes), mas também da mulher no contexto da ordem patriarcal.

A partir dessa organização social em que Francisco é o único ocupante do *centro do círculo*, o descontentamento aparece, e este pode ser expresso pelas intrigas que envolvem Oribela e Francisco, demonstrando o exercício do poder masculino e as fendas encontradas pela mulher para subverter a ordem patriarcal. Durante a narrativa, Oribela encontra diferentes formas de ferir o poder exercido por Francisco, sendo as duas tentativas de fugas que ela empreende a demonstração cabal de sua contrariedade em relação ao poder sem limites do marido. A primeira tentativa de fuga é resultante do desejo de Oribela voltar a Portugal. Isto a motiva a ir em direção a uma nau que iria retornar a Portugal. A segunda ocorreu enquanto ocorria um ataque à fazenda de Francisco. Contudo as duas tentativas se frustraram e Oribela acaba punida com violência pelo marido:

Partiu Francisco de Albuquerque em seu cavalo, sem tornar atrás os olhos para ver se eu me arrastava ou caminhava, pela estrada, trilhas, lonjuras, espinhos, cascalhos, pedras, sementes, gravetos, estrume, sem paradas para um repouso, sem nunca em esse tempo me dar de comer coisa alguma, nem água, os pés cada vez mais em suas gritas e sangue brotando deles, por todas as léguas entre a cidade e o fortim, horas que pareceram cem anos de inferno, sem respeito por minha pena, sem ouvido por minhas súplicas, bem afrontadas e chorando minhas desventuras (Miranda, 1996, p. 113).

A violência de Francisco, conforme se vê no trecho acima, visa reiterar sua autoridade. Para demonstrar poder, Francisco emprega agressões verbais e físicas contra Oribela para contê-la e fazê-la aceitar que está assujeitada a ele. De acordo com Bourdieu (2022), tais práticas evidenciam as formas de dominação e violência masculinas impostas à mulher, inferiorizando-a e subordinando-a. Entretanto é uma mulher que não se deixa dobrar pelo marido, motivando-a, mais adiante na narrativa, a ferir a autoridade de Francisco ao estabelecer um relacionamento afetivo com Ximeno.

Essa relação de Oribela com Ximeno ocorre na segunda fuga da protagonista, quando se esconde na casa dele. A forma gentil como Ximeno a trata desperta nela, aos poucos, interesse por ele, culminando na relação sexual entre os dois: “[...] tendo a mim naquela alcova sem nenhum distrato ou requerimento, uma tão boa apuração que me fazia um vazio no peito quando não estava ele perto. Tanto que atinei poder estar sendo encantada por feiticeiro” (Miranda, 1996, p. 175). A citação evidencia que Oribela incorreu em adultério, considerado quase que uma necessidade masculina e crime se feito por mulheres. Além disso, ainda de acordo com a citação acima, o sexo com Ximeno resulta em satisfação num momento em que “Toda a atividade sexual extraconjugal e com outro fim que não a procriação era condenada” (Del Priore, 2011, p. 35).

Diante das atitudes de Oribela contra o sistema patriarcal e das constantes reações de Francisco na tentativa de contê-la, o relacionamento entre os personagens evidencia que Oribela produz incômodo em Francisco, ocupante do *centro do círculo*. Ao desafiar a posição de Francisco, a narradora-personagem fere o domínio masculino exercido pela posição de Francisco na sociedade patriarcal da época. Assim, a determinação e a vontade de não ser espezinhada pelo marido leva a protagonista a não ceder às pressões dele. Este, por sua vez, tenta conservar o patriarcalismo apoiando-se nas violências para sustentar os valores sociais. Todavia os embates entre eles revelam a ruptura desse *centro* que irrompe diante das dificuldades de Francisco em administrá-lo, dada a resistência e recusa de Oribela a dobrar-se a favor da ordem patriarcal.

Dona Brites de Albuquerque

Dona Brites de Albuquerque, como mencionado anteriormente, é tia de Francisco e esposa do governador da capitania de Pernambuco, Duarte Pereira. No decorrer da narrativa, o leitor de *Desmundo* tem contato com essa personagem em pouquíssimas passagens que possibilitam reconhecer algumas informações sobre ela, evidenciando seu papel como mulher de importância social e posição hierárquica que lhe confere poder sobre as demais pessoas. Diferentemente das outras personagens aqui analisadas, dona Brites é a única que age em consonância à ordem patriarcal, beneficiando-se de ocupar lugar privilegiado na hierarquia social que possibilita a ela sujeitar muitos a suas vontades. Embora permaneça em uma posição inferior à do marido – considerando a tipologia de Reis (1987) –, ainda possui melhores condições no interior da hierarquia, justamente por ser esposa do governador, cuja posição confere-lhe *status* e poder.

Detendo-se nos acontecimentos da narrativa, cabe aqui analisar a posição da personagem na sociedade hierárquica e patriarcal, a partir de Reis (1987). Como esposa do governador, dona Brites encontra-se num dos mais próximos círculos concêntricos do *centro do círculo*. Nesta órbita secundária, ela está sob ordens a Duarte Pereira. Dona Brites utiliza-se dessas vantagens para exercer poder sobre os que não pertencem à sua própria casa, isto é, os que pertencem à *nebulosa*. Nessa lógica e na lógica interna do romance, dona Brites é a única personagem que vive em conformidade com o patriarcalismo e o sistema hierárquico da época, buscando conservar essa organização ao impor-se sobre outras personagens femininas. Tal situação pode ser observada no primeiro encontro de dona Brites com Oribela:

Que maldição era esposa preguiçosa e tomou nossas mãos para ver se eram finas na pele, havia um tear em sua casa no que ensinava às naturais a tecer e se o sabíamos, sim, todas. [...] E boas palavras para ensinar a remendar, coser, limpar, lavar, pastorear, ceifar e que as não deixássemos por demais fiar, eram preguiçosas, muito assentadas e paradas. Que nos fizéssemos de damas, só bordar, mas guardássemos o pudor, o dinheiro santo do trabalho, o homem por grosso e a mulher por miúdo, [...] (Miranda, 1996, p. 44).

Essa primeira aparição de dona Brites na trama revela como ela estipula a função social a ser desempenhada pelas recém-chegadas à terra, questionando e impondo às órfãs o papel que deveriam cumprir no matrimônio. Essas ações mencionadas no excerto acima expressam os princípios hierárquicos e patriarcais da

sociedade e da própria dona Brites, cujo exercício de poder evidencia-se nos verbos empregados – que a narradora apresenta num discurso indireto livre do qual ressoam as palavras de dona Brites – que especifica, rotula e restringe as atividades que as órfãs deveriam fazer. Oribela, porém, é contrária a esses valores, e tal postura leva dona Brites a procurar convencê-la por meios mais sutis:

Dona Brites disse que me ia dar um presente, fez que uma criada abrisse um alforje e tirasse de dentro uma saia de franzido muito real, jacintos pela ourela, uns letreiros broslados. No que me fiz reconhecida de sua bondade. E disse ela. Quero que te cases com meu sobrinho, Francisco de Albuquerque (Miranda, 1996, p. 58).

A ausência do marido transforma dona Brites em autoridade máxima dentro da colônia. De acordo com as discussões de Rocha-Coutinho (1994) sobre algumas formas sutis de exercício do poder feminino, ela é uma espécie de matriarca que administra e controla a capitania. Todo este poder a faz sobressair-se dentre as mulheres brancas na colônia em razão da posição que ocupa, permitindo-lhe exercer autoridade sobre as demais figuras femininas.

A posição ocupada na elite colonial possibilita a dona Brites hierarquicamente reprimir outras mulheres que tentam se distanciar das regras impostas. Por compactuar com o regime opressor e patriarcal, ela age como um patriarca. Tal postura, conforme Freyre (2006), foi adotada por muitas mulheres do passado que tiveram mando e viram-se obrigadas – na ausência de uma figura masculina – a serem, às vezes, mais duras que os homens. Avaliando pela prisma de Rocha-Coutinho, o exercício do poder por mulheres revestia de importância o papel feminino, tão desvalorizado, na sociedade, não deixando, assim mesmo, de revelar “[...] que o regime de opressão da mulher devia-se não apenas ao sexo como também a fatores econômicos, sociais e políticos” (Rocha-Coutinho, 1994, p. 68). Logo, dona Brites submete-se à vida levada na colônia por não possuir meios de subverter o cenário social em que vive, além de se beneficiar desse sistema ao oprimir mulheres e escravizados, reforçando a estratificação entre os que exercem o poder e os que sofrem a dominação.

Relacionando dona Brites com Oribela, constata-se que ambas as personagens vivem sob as rédeas do patriarcado. Enquanto dona Brites obedece às regras compactuando em favor dos valores patriarcais, aplicando o poder

disponibilizado pela sua posição, Oribela opõe-se ao sistema tentando subverter o regime por meio de fugas, apesar das repressões e violências que acaba sofrendo. Desse modo, dona Brites e Oribela possuem certas similaridades no tocante ao contexto histórico, diferenciando-se, todavia, nas ações, haja vista que uma aceita o que a sociedade lhe impõe como padrão de conduta e a outra resiste aos valores sedimentados por esta mesma sociedade. Por essa lógica, ambas destoam da próxima personagem a ser analisada, que tenta desestruturar a ordem patriarcal, mas não tem forças suficientes para lutar e acaba destruída.

Dona Bernardinha

No decorrer da narrativa, Oribela e dona Bernardinha possuem semelhanças que as aproximam: as duas são órfãs e foram enviadas ao Brasil para cumprirem a função esperada das mulheres - o matrimônio e a maternidade - e uma e outra tentam subverter a ordem patriarcal. Contudo a trama revela que a primeira tem sucesso no seu intento e a outra não. Oribela consegue ferir esse sistema e escapa do autoritarismo e violência do marido. Por seu turno, dona Bernardinha é sufocada pelo patriarcalismo ao matar o marido. Os motivos que a levam a cometer tal atrocidade decorre das inúmeras violências físicas e verbais vivenciadas por ela desde a celebração matrimonial:

Quis eu saber de que vinha uma grita de machos na porta da casa de dona Bernardinha. O perro do esposo dela fazia servir sua mulher por dinheiro, que se fez uma espera na frente da vivenda e dela se ouviam os gritos, deles os risos, uns davam por isso uma moeda, outros um pedaço de uma qualquer coisa, não havendo ali um padre que pusesse fim a tal desmando e chegando a Francisco de Albuquerque lhe pedi que encerrasse o tal assunto mas seu coração se desmoveu sem piedade. Não te mete com a mulher do outro, inda que o crime seja o qual é (Miranda, 1996, p. 151).

A passagem acima revela as inúmeras agressões a que o marido submete dona Bernardinha. Uma delas está no campo da perversão sexual, pois ela é obrigada a manter relações sexuais com os homens das proximidades onde moram em troca de dinheiro. Para o esposo de dona Bernardinha, o corpo dela que é visto como um “objeto” que lhe pertence. Cabe aqui uma reflexão tomada a Bourdieu (2022), que

observa que as mulheres são vistas como um objeto na economia de bens simbólicos, contribuindo para a conservação e aumento do capital do homem pela procriação. Por essa lógica, dona Bernardinha é vista como um objeto que acaba, obrigatoriamente, se submetendo ao poder do marido, porém o interesse dele não é a perpetuação da família e, sim, fazer que outros usufruam do corpo da esposa para conseguir dinheiro.

Oribela não endossa a lógica de que dona Bernardinha deva ser uma espécie de escrava sexual nas mãos do inescrupuloso marido e convence Francisco a impedir tais violências apesar de este inicialmente ser contrário a qualquer intervenção: “[...] os homens tiraram as espadas, os de Francisco de Albuquerque apontaram arcabuzes, veio o capitão deles e fez que seus homens tornassem ao terreiro nas veniagas, [...]” (Miranda, 1996, p. 151). O episódio quase culmina em um conflito armado, em virtude de Francisco intrometer-se nos assuntos de outro casal. Além disso, o forte discurso religioso observava que os homens tinham pleno poder sobre as esposas, reforçando a ideia de que terceiros não intervissem nos problemas entre cônjuges.

Dentro do ciclo de agressões promovidas pelo marido, dona Bernardinha acaba sendo estuprada. Tal violência e um diálogo com Oribela levam-na a manifestar a vontade de fugir do Brasil. Esse anseio assemelha-se às mesmas vontades de Oribela: “Disse querer ir embora deste país e tornar ao seu. Nós vamos partir daqui, dona Bernardinha, juntas. Como? Não sei. A fingir de homem, em roupas e chapéu, botas” (Miranda, 1996, p. 152). Movida por essa fagulha de esperança, dona Bernardinha acaba matando o marido, “[...] acutilara ela tanto seu peito e seu corpo todo que se contaram mais de cem furos na carne [...]” (Miranda, 1996, p. 177). Dona Bernardinha foi levada a esta ação extrema em virtude das inúmeras agressões que tivera que suportar ao lado do marido e também pelo desejo de retornar ao seu país a partir do plano idealizado por Oribela, visto que “[...] por ele não ter deixado escapar vestida feito homem, que dizia ela estar uma nau esperando para tornar ao reino, [...]” (Miranda, 1996, p. 177).

Livre dos ataques e investidas sexuais do marido, a liberdade de dona Bernardinha cedo se extingue. Ela acaba posta “[...] numa gaiola no terreiro, a pele marcada pelas pedras lançadas, de apedrejamentos que lhe fizeram uns pouco alienados, no mal entender de suas desventuras, não fosse uma cristã” (Miranda, 1996, p. 177). Por mais que ela tenha tentado rebelar-se contra a opressão masculina

– o marido morto representa a ela uma vitória –, dona Bernardinha acaba punida tanto pelas leis quanto pelos valores de uma sociedade machista que emprega repressão, autoritarismo e hierarquia como uma estrutura que “Privilegia a alma e o homem, e sufoca o corpo e a mulher” (Reis, 1987, p. 40). Apesar de ter sido vítima do marido, que nunca foi legalmente punido, dona Bernardinha morre enjaulada. De um lado, ela põe em xeque a ordem patriarcal ao matar seu esposo, de outro, acaba silenciada.

Considerações finais

Tendo como *corpus* o romance *Desmundo*, de Ana Miranda (1996), a análise deste artigo concentrou-se em averiguar a condição feminina durante o processo de colonização no Brasil durante o século XVI, identificando o espaço social que as personagens analisadas - Oribela, dona Brites e dona Bernardinha - encontram na organização da sociedade hierárquica e patriarcal, pontuando as semelhanças e (des)semelhanças entre as personagens.

A participação feminina, ao longo do período colonial, foi estabelecida com o intuito de contribuir para os objetivos portugueses determinados pela Igreja e o Estado, de acordo com Fausto (1995). Por essa linha de pensamento, as mulheres foram condicionadas às funções domésticas e maternas, circunscrevendo-se ao casamento e à maternidade, o que lhes impossibilitava a convivência em espaços alheios ao seio familiar. Nesse cenário, o casamento estava diretamente atrelado à vida social das mulheres, estendendo-se sua função à reprodução da prole legítima do marido, de modo a conservar a família patriarcal. Diante desses aspectos, as mulheres permaneceram dentro da casa-grande, cuidando dos filhos, administrando a cozinha, os escravos e a residência, únicas esferas da casa que lhe possibilitam autonomia e poder como pontua Rocha-Coutinho (1995). Essas questões envolvendo as mulheres reverberam nas páginas da narrativa pela ótica da narradora-personagem, Oribela, e pela vivência das demais personagens femininas analisadas - dona Brites e dona Bernardinha.

Essa estrutura hierárquica e patriarcal, presente no romance, configura as três figuras femininas como seres inferiorizados, submissos e sujeitos às imposições masculinas. Em conformidade com os apontamentos de Reis (1987), às mulheres permanecem situadas próximas ao *centro do círculo*, submetendo-se à figura do

marido, como se observa nas relações entre Francisco e Oribela, Duarte Pereira e dona Brites, e dona Bernardinha e o esposo.

Entretanto a narrativa revela a tentativa de inversão desse sistema patriarcal por meio das atitudes de algumas personagens femininas. Duas delas, Oribela e dona Bernardinha, buscam fragmentar a ordem estabelecida, tentando libertar-se do domínio masculino. Dona Bernardinha fracassa ao matar o marido, sua forma de tentar libertar-se das inúmeras violências físicas e sexuais cometidas pelo cônjuge. Este a põe em uma posição degradante ao permitir que outros usufruam do corpo dela a fim de ele arrecadar dinheiro. Tantas agressões sexuais e desrespeito alimentam o desejo de dona Bernardinha de rebelar-se contra essas práticas aviltantes. E esta reação resulta no assassinato do marido, entretanto, em um mundo no qual somente a palavra do homem tem valor, ela acaba por ser morta pelas mãos da justiça.

Oribela consegue ferir a ordem patriarcal, procurando escapar à violência de Francisco por meio de fugas, algumas malogradas, uma de sucesso. As tentativas de fugir à opressão do marido estabelecem uma fissura no *centro do círculo*. Na fuga bem-sucedida, Oribela convulsiona o *círculo* e os valores masculinos e patriarcais que nele existem, uma vez que estabelece um relacionamento afetivo com Ximeno, do qual resulta o nascimento de uma criança que não é de Francisco. Para Francisco, ocupante do núcleo, este momento simboliza a ineficiência de sua autoridade, possibilitando a Oribela trilhar o próprio caminho. Esse confronto entre dominação e resistência – que sintetiza o embate entre Oribela e Francisco – exprime o choque entre a negação do papel feminino e a constante tentativa masculina de incutir os valores a serem seguidos.

Diferente destas duas personagens, dona Brites é uma mulher que endossa os valores da ordem patriarcal. Sem questionar a hierarquia imposta pelas instituições masculinas que relega às mulheres papéis menores, ela conforma-se e aceita orbitar em torno do poder masculino. Todavia ela é uma personagem que encontra uma lacuna no patriarcado e dentro dele exerce domínio sobre outras mulheres que se encontram em estratos econômicos e sociais abaixo do seu. A despeito desse exercício de poder paralelo, dona Brites age de acordo com o esperado pelo Estado e a Igreja, cumprindo o papel feminino tal qual as leis e os costumes da época previam para as mulheres.

Convém destacar que Oribela, dona Bernardinha e dona Brites possuem atuações diferentes no mundo colonial em que vivem, seja sujeitando-se ao sistema assumindo a função que lhes conferem, seja tentando revertê-lo e tornando-se alvo da estrutura social ou ainda subvertendo a hierarquia em busca da própria liberdade. Em suma, *Desmundo* evidencia a presença de um sistema patriarcal no século XVI que tende a reprimir e conter as mulheres, mas acaba encontrando diversas formas de resistência por parte daquelas que buscam romper as amarras sociais da época.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. Infância; A jovem. In: _____. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução: Sérgio Milliet. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p. 11-122.
- BOURDIEU, Pierre. Uma imagem ampliada. In: _____. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Tradução: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022, p. 17-92.
- DEL PRIORE, Mary. Colonizar é também formar famílias; No início, amancebamento; Outras uniões “à moda da terra”. In: _____. *A família no Brasil Colonial*. São Paulo: Moderna, 1999, p. 6-16.
- DEL PRIORE, Mary. A mulher na história da Colônia; O matrimônio como forma de adestramento. In: _____. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 21-110.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 35-62.
- FREYRE, Gilberto. Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. In: _____. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006, p. 29-155.
- MIRANDA, Ana. *Desmundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- NÓBREGA, Manuel. [Carta] 47: do Padre Manuel da Nóbrega a D. João III, rei de Portugal (1552). In: LEITE, Serafim. *Monumenta brasiliae I (1538-1553)*. Coimbra: Tipografia Atlântica, 1956, p. 343-347.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Sentido da colonização. In: _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 15-29.
- REIS, Roberto. O estreito círculo. In: _____. *A permanência do círculo: hierarquia no romance brasileiro*. Niterói: EDUFF; Brasília: INL, 1987, p. 19-51.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A mulher no Brasil. In: _____. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 66-76.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Posição social da mulher na ordem escravocrata-senhorial e suas sobrevivências na sociedade atual. In: _____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 160-186.

SANTOS, Suellen Cloger dos; LIMA, Marcos Hidemi de. A mulher e a roca: estudo sobre Dona Henriqueta. *Revista da Anpoll*, v. 55, e1985, 2024. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1985/1445>. Acesso em 31 mar. 2026.

Recebido em: 27/01/2026

Aceito em: 21/04/2026